

JUSTIFICATIVAS

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. Do ponto de vista da pesquisa quantitativa, as ciências sociais buscam suporte no conhecimento fornecido pela estatística a qual demonstra que, quando bem agrupados e definidos o universo da pesquisa, a utilização de amostragem permite ao pesquisador obter elevados níveis de probabilidade para fins de universalização do resultado da pesquisa.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

2. No livro em questão, o autor afirma que o Estado atua como reforçador “do movimento de disciplinarização das condutas”. Para Ortiz, o recuo das crenças mágicas não é o resultado da “difusão das conquistas tecnológicas ou científicas, que na época eram negligenciáveis, mas devido a uma mudança de mentalidade” (reforma intelectual), decorrente do avanço do iluminismo/razão/ciência (desencantamento das consciências)

A consolidação do Estado moderno, escola obrigatória e maior mobilidade social provocaram a diminuição da fé religiosa e maior ceticismo em “relação às numerosas crenças populares”. É por isso que, segundo o autor, a constituição do Estado Francês pode ser vista como “um espaço integrado a um poder central”. Em outras palavras, “uma unidade mental e cultural dos habitantes que conscientemente aderem às leis do Estado” (Ortiz citando Mauss) p.38

3. Segundo o autor, o período em questão foi marcado pela ambivalência do discurso oficial em diversos países. Fala-se menos em “guerra contra o crime” e mais na existência de limites do poder do Estado em relação à matéria. Documentos oficiais e manifestos políticos dão conta de que os organismos governamentais não podem isoladamente combater e controlar a criminalidade. Em função disso, propõe-se “uma melhor gestão dos riscos e dos recursos, redução do medo, dos custos da criminalidade e do funcionamento da justiça criminal e maior amparo às vítimas”. Este período coincide com a multiplicação da indústria de segurança e do policiamento privado

GARLAND, David. As contradições da sociedade punitiva: o caso britânico. In: **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n.13, p. 59-80, Nov. 1999.

4. Segundo o autor, o período em questão foi marcado pela ambivalência do discurso oficial em diversos países. Fala-se menos em “guerra contra o crime” e mais na existência de limites do poder do Estado em relação à matéria. Documentos oficiais e manifestos políticos dão conta de que os organismos governamentais não podem isoladamente combater e controlar a criminalidade. Em função disso, propõe-se “uma melhor gestão dos riscos e dos recursos, redução do medo, dos custos da criminalidade e do funcionamento da justiça criminal e maior amparo às vítimas”. Este período coincide com a multiplicação da indústria de segurança e do policiamento privado

GARLAND, David. As contradições da sociedade punitiva: o caso britânico. In: **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n.13, p. 59-80, Nov. 1999.

5. A modernidade capitalista (revoluções burguesas) surgiu preocupada, desde o início, com a afirmação das identidades individuais favoráveis aos princípios do livre mercado, da propriedade privada e do liberalismo jurídico o qual adota, no plano abstrato, a igualdade formal de todos perante a lei. Desde então, o Estado moderno serviu para regular as tensões entre subjetividades individuais e subjetividades coletivas. Nos planos econômico, político e sócio-histórico afirma o autor, o Estado moderno valorizou mais o direito e as liberdades individuais do que o direito de reconhecimento das diferenças coletivas (direitos das minorias)

SANTOS, Boaventura de Sousa. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. **Tempo Social**, São Paulo, v.5 (1-2), p.31-52, nov.1994

CARGO: Sociólogo

6. Segundo o autor, o surgimento da sociedade industrial (configurada pela informatização da produção e distribuição de mercadorias) provoca a quebra de antigas distinções entre vida privada e vida pública, entre necessidades individuais e necessidades sociais. Dentro deste contexto, a tecnologia atua como elemento de “controle social e coesão social”. Para Marcuse, seria um mito falar em neutralidade tecnológica uma vez que não é mais possível isolar “a tecnologia como tal e o seu uso social” para fins de dominação. Por este motivo e independente da vigência deste ou daquele sistema político, as sociedades industriais e tecnológicas tornam-se totalitárias, MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982

7. Segundo a autora, as mudanças econômicas e políticas introduzidas em diversos países (incluindo o Brasil) a partir de 1990 provocaram impactos sociais negativos e um processo de criminalização da pobreza. A retração dos investimentos sociais do Estado (Saúde, educação, segurança, moradia, etc.) foi compensada por políticas criminais ultrapunitivas, expansão da indústria privada de controle do crime e maior concessão do Estado para a utilização aberta da violência policial como método preferencial de solução e pacificação dos conflitos urbanos. Para a autora, este período tem sido marcado pela privatização da violência, da arbitrariedade e do preconceito contra o cidadão comum e, ainda, pela expansão de práticas econômicas clandestinas como o tráfico de drogas e comércio ilegal de produtos estrangeiros. A expansão do tráfico e comércio eletrônico ilegal funciona a partir de um aparato militar clandestino que atua impunemente contra a sociedade, incluindo a proliferação de Gangues controlam regiões inteiras.

COSTA, Cristina. **Sociologia: uma introdução à ciência da sociedade.** 2ª ed. São Paulo: Moderna, 1997.

8. Categorias fundamentais de uma autoridade racional legal:

- a) organização contínua de cargos, fixados por normas.
- b) Uma área específica de competência que requer: obrigação no desempenho das funções; autoridade ao responsável de autoridade necessária para o exercício das funções; definição clara dos instrumentos necessários coerção e limitação de seu uso;

Unidade organizacional (para o exercício de autoridade) requer a existência de 'órgãos administrativos'. estes, existem em grandes organizações públicas ou privadas (Estado, Exército, partidos etc.)

- c) a organização de cargos obedece ao princípio da hierarquia: o cargo inferior está sob o controle e supervisão do superior.
- d) As normas que regulam o exercício do cargo provém: de regras técnicas ou normas. Pretende ser puramente racional adota como premissa indispensável, a especialização (qualificação) p.17. o quadro administrativo de uma 'associação racional' consiste tipicamente em 'funcionários'. Independente da organização visar fins econômicos, políticos, religiosos, etc. p.18
- d) separação da propriedade dos meios da produção e administração. funcionários, empregados, trabalhadores vinculados ao quadro administrativo. Os meios materiais de produção e de produção são fornecidos (em espécie ou em dinheiro e o funcionário é obrigado a prestar contas)
- e) atos administrativos, decisões, normas, são formulados e registrados em documentos. A combinação de documentos, a organização contínua de funções (*bureau*) constitui o núcleo de todos os tipos de atividades das modernas associações p.18

Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Defensoria Pública do Estado do Paraná

CARGO: Sociólogo

CAMPOS, Edmundo (org.). **Sociologia da burocracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

9. Segundo Weber existe no Estado moderno a tendência em aproximar entre si, do ponto de vista formal a aplicação do direito e a administração (governo). No âmbito da atividade judicial cabe ao juiz, em parte por meio das normas jurídicas e em parte doutrinariamente, a obrigação de resolver as controvérsias trazidas e reivindicadas pelas partes (no processo).

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília, UNB, 1999. (v.1)

10. Para Weber, o direito é parte do processo de racionalização da sociedade ocidental e do predomínio do tipo de dominação racional legal vigente nas sociedades contemporâneas.

Para Marx, o Direito e o Estado moderno são instrumento à serviço da manutenção da exploração de classe e do domínio da burguesia sobre o operariado.

Para Durkheim, o direito moderno é produto da divisão social do trabalho (passagem da solidariedade mecânica (pouca divisão do trabalho/sociedade tradicionais) à solidariedade orgânica/intensa divisão do trabalho/sociedades industriais)

MARX, K; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2002

RODRIGUES, J. A. (org). **Durkheim: Coleção Grandes Cientistas Sociais**. São Paulo: Ática, 1984

11. O fato de o direito estatal ser dominante nas sociedades contemporâneas, não elimina a existência de outros modelos sociais de juridicidade. Ou seja, todo tipo de formação social convive com a produção e aplicação de regras não formalizadas pelo Estado. Do ponto de vista da administração da justiça estatal, o autor chama a atenção para a necessidade de reforço do poder judicial na apreciação de prova com base na oralidade (imedição). Esta opção tem por objetivo tornar o processo mais inteligível e permitir a participação mais ativa das partes e testemunhas. Nas sociedades contemporâneas, a democratização da administração da justiça está diretamente relacionada à possibilidade de simplificação dos atos processuais e maior envolvimento e participação dos cidadãos e grupos sociais no cotidiano dos tribunais.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1999

12. O livro do autor aponta para a seguinte tendência do capitalismo contemporâneo: diminuição da classe operária tradicional/era fordista); substituição do trabalho vivo pelo trabalho mecânico (desemprego estrutural); expansão do trabalho assalariado no setor de serviços, incorporação do trabalho feminino no mundo operário

Ao mesmo tempo, ocorre a diferenciação do trabalho da seguinte forma: subproletarização (expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, terceirizado)

O modelo toyotista de produção exige a) no topo, (sistema econômico dos países dominantes/grandes empresas): a criação de trabalhadores multifuncionais - a nata do operariado atual; b) na Periferia, (sistema/subgrupos diferenciais): "empregados em tempo integral com habilidades facilmente disponíveis no mercado de trabalho"

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1999

CARGO: Sociólogo

13. O período do Estado liberal (século XIX até a 1ª guerra mundial) foi caracterizado pela teoria da separação dos poderes na qual o Poder Legislativo assume clara predominância sobre os demais (Executivo e Judiciário). No período, houve a proibição dos tribunais decidirem contra a lei. A aplicação do direito constituiu-se na mera “subsunção lógica dos fatos à norma”, sem referências sociais, éticas e políticas. Isso permitiu o desenvolvimento acelerado da economia capitalista e o agravamento sem precedentes das desigualdades sociais (Os interesses econômicos dos agentes privados assumiram enorme predominância em relação aos interesses coletivos e princípios de realização da justiça social)

SANTOS, Boaventura S. et. al. Os tribunais nas sociedades contemporâneas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, n.30, p.29-59, 11 fev.1996

14. A dominação política baseia-se em diversos tipos de submissão. Segundo o autor, dominação tradicional advém da relação entre senhor e súdito. Neste caso, o quadro administrativo é composto por servidores e as ordens são fixadas pela tradição. Importa menos a disciplina e mais questões de fidelidade pessoal. Em relação ao tipo de dominação carismática, quem manda é o líder e quem obedece é o apóstolo. Este tipo de dominação está associado à veneração das habilidades extraordinárias do poder heroico ou exemplar de uma pessoa (autoridade política). O quadro administrativo é preenchido por servidores igualmente dotados de carisma e vocação pessoal. O tipo de dominação legal advém da crença na legitimidade das ordens estatuídas que funcionam à base de eleições diretas e do direito impessoal de mando. A composição do quadro administrativo prevê exigência de qualificação profissional e, no caso, da administração pública, concurso público.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: UnB, 1994 (2.v)

15. Segundo o autor, o fato de o trabalho dever “ser executado como um fim absoluto por si mesmo – como uma vocação” supõe um “árido e longo processo de educação”. Este processo não pode ser, portanto, “produto da natureza”, mas da cultura religiosa. Neste sentido, afirma Weber, o capitalismo/Inglaterra e EUA, que recruta a força de trabalho domesticada, contou com “o apoio de um aliado poderoso” (educação religiosa)

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira/Thomson Learning, 2001

16. Dentre os efeitos apontados acima, observa-se: o consolidação do capitalismo industrial, expansão da população urbana, o aumento da produção e do avanço tecnológico, inclusive o aumento da produtividade na agricultura, e o incremento do intercâmbio comercial entre os países. Observa-se, ao mesmo tempo, a consolidação do Estado-nação moderno, do individualismo e dos riscos sociais inerentes ao modo de vida urbano.

ENGELS, Friedrich. MARX, Karl. Manifesto do Partido Comunista. 1ª Ed. Petrópolis, RJ. Ed. Vozes, 1993.

OLIVEIRA, Pérsio S. de. Introdução à Sociologia. 22ª ed. São Paulo: Ática, 1999.

17. O autor (GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Atlas, 1999.) é um dos diversos representantes a tratar da especificidade da sociologia frente a outras formas de saber científico. Conforme Gil a peculiaridade das ciências sociais envolve a imprevisibilidade dos fenômenos sociais; a peculiaridade de envolver variáveis não quantificáveis e valores e sua complexidade inviabiliza o método experimental clássico de laboratório. Entretanto, tais características de forma alguma desqualificam a abordagem científica das ciências sociais, (uma vez que até mesmo o determinismo das ciências naturais é questionável), apenas conferem a elas menor grau de precisão e previsibilidade. A única resposta plausível é a alternativa “A” uma vez que as ciências sociais não vêm sofrendo progressivo processo de quantificação e previsibilidade, nem tampouco valem-se de metodologias exclusivamente quantitativas ou qualitativas, sendo a tendência mais adotada a mescla das abordagens. Por mais que o envolvimento valorativo e ideológico seja específico nas ciências sociais, ele motiva deliberadamente a prática científica a ponto de torná-la mera extensão da atividade política.

CARGO: Sociólogo

18. A construção de variáveis na sociologia é um dos desafios da pesquisa social, uma vez que apresenta dimensões epistemológicas e metodológicas. Conforme Raymond Boudon, o problema da construção de variáveis refere-se à tradução dos conceitos em índices, isto é, a transfiguração do abstrato ou intuitivo em elemento mensurável, realizado através da especificação do conceito, escolha de indicadores e formação de índices, de maneira atenta à representatividade dos dados. É portanto, elemento complexo de qualquer nível ou abordagem de investigação sociológica empírica, o que configura a alternativa “A” como a única correta.

BOUDON, Raymond. “Os métodos das enquetes quantitativas” In: Métodos da Sociologia, Petrópolis, Ed: Vozes, 1973.

19. O tema é clássico na sociologia, fartamente documentado e reproduzido (Elias, Heinrich, Cuche). Em O processo civilizador (v.1, Rio de Janeiro, Ed: Zahar, 1990) Elias trata da oposição entre a sociogênese das noções de cultura na Alemanha e civilização na França, demonstrando a emergência da primeira como alternativa burguesa, nacional e particularista em oposição à aceção elitista e universalista da concepção francesa. O que garante à alternativa “A” a única possibilidade de resposta correta.

ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador. Rio de Janeiro, Zahar, v. 1, 1990

HEINICH, Nathalie. A sociologia de Norbert Elias. Bauru, EDUSC, 2001

CUCHE, Denys. A noção de cultura nas ciências sociais. Bauru, EDUSC, 2003.

20. O texto clássico de Simmel (SIMMEL, Georg in: VELHO, Otávio. O Desafio da cidade, Rio de Janeiro, Ed: Guanabara 1987) aponta para a dimensão relativa à experiência da metrópole moderna, definindo a base psicológica do tipo metropolitano derivada da “intensificação dos estímulos nervosos, que resulta da alteração brusca e ininterrupta entre estímulos exteriores e interiores” (Simmel, 1987:11). O autor também considera que “a exatidão calculista da vida prática, que a economia do dinheiro criou, corresponde ao ideal da ciência natural: transformar o mundo num problema aritmético, dispor todas as partes do mundo por meio de fórmulas matemáticas” (Simmel, 1987:14). Por fim, compreende a atitude blasé como “incondicionalmente reservada à metrópole” consistindo em essência do “embotamento do poder de discriminar” ou seja “que o significado e valores diferenciais das coisas, e daí as próprias coisas, são experimentados como destituídos de substância” (Simmel, 1987:16).

21. Conforme Amitai Etzioni em *Organizações Modernas* (São Paulo, Ed: Livraria Pioneira, 1967) A “Teoria Clássica não reconhecia conflito entre o homem e a organização. Encarava a organização de um ponto de vista principalmente administrativo. Supunha que o que era bom para a organização era bom para os trabalhadores” (Etzioni, 1967:37). Por outro lado: “A escola de Relações Humanas concluiu que certamente a Administração não pode tratar com os trabalhadores, um a um, como se fossem átomos isolados; precisa tratá-los como membros de grupos de trabalho, sujeitos à influência desses grupos” (Etzioni, 1967:60). Neste sentido a compreensão das organizações deve levar em consideração também os aspectos coletivos e extra-econômicos. Por fim, os partidários da teoria estruturalista rejeitaram a visão de harmonia e com base em Marx e Weber reconheceram o dilema da organização como baseado em tensões inevitáveis “(...) entre as necessidades da organização e as necessidades de seu pessoal; entre a racionalidade e a irracionalidade; entre disciplina e autonomia; entre relações formais e informais; entre administração e trabalhadores (...)” (Etzioni, 1967:68).

22. Richard Sennet menciona em *A corrosão do caráter* (Rio de Janeiro, Ed: Record, 2004, p.10): “Hoje se usa a flexibilidade como outra maneira de levantar a maldição da opressão do capitalismo. Diz-se que, atacando a burocracia rígida e enfatizando o risco, a flexibilidade dá às pessoas mais liberdade para moldar suas vidas. Na verdade, a nova ordem impõe novos controles, em vez de simplesmente abolir as regras do passado – mas também esses novos controles são difíceis de entender” (Sennet, 2004:9-10). A ausência de compromissos de longo prazo, a velocidade das modificações e o fato de que “a rede redefine constantemente sua estrutura” (Sennet, 2004:23) gera custos pessoais e afetivos sem precedentes no capitalismo atual.

CARGO: Sociólogo

23. O sociólogo Raymond Williams, referência tanto nos estudos de orientação marxista como na análise cultural destaca (apud Cevasco, Para Ler Raymond Williams, São Paulo, Ed: Paz e Terra, 2001:49) “Uma cultura tem dois aspectos: os significados e direções conhecidos, em que seus membros são treinados; e as novas observações e significados, que são apresentados e testados. Estes são os processos ordinários das sociedades humanas e das mentes humanas, e observamos através deles a natureza de uma cultura: que é sempre tanto tradicional quanto criativa; que é tanto os mais ordinários significados comuns quanto os mais refinados significados individuais. Usamos a palavra cultura nesses dois sentidos: para designar todo um modo de vida – os significados comuns; e para designar as artes e o aprendizado – os processos especiais de descoberta e esforço criativo. Alguns escritores usam essa palavra para um ou para o outro sentido, mas insisto nos dois, e na importância da sua conjunção”. Neste sentido, para Williams, as discussões acerca da cultura tem sempre implicações políticas fundamentais, e seu legado analítico consiste em uma nova perspectiva para a sociologia da cultura de orientação marxista.

24. A abordagem clássica de Holanda (cf. CÂNDIDO, Antônio. “O significado de Raízes do Brasil” In: Raízes do Brasil. São Paulo, Ed: Cia das Letras, 1995) está baseada na tipologia básica do livro, que opõe o trabalhador (voltado à segurança e esforço) ao aventureiro (baseado no provisório e na exploração). Por mais que a noção de cordialidade seja também trabalhada por Holanda no referido livro, ela não é centrada nos povos indígenas e na hospitalidade, mas sim nas noções de patrimonialismo e burocracia que fazem com que os comportamentos de aparência afetiva prevaleçam em oposição aos relativos à polidez.

25. A perspectiva do consenso, de matriz durkheimiana, baseia-se na dimensão integradora das regras e normas sociais, sejam elas formais, como o direito, ou informais. Por outro lado, a visão do conflito, de orientação marxista, compreende as regras, leis, estado e demais fenômenos da superestrutura como elementos que visam a manter a dominação infraestrutural classista. A abordagem de Faria, baseada em Miguel Reale compreende a dimensão inevitavelmente política do direito, abordando o fenômeno social como elemento cultural e em sua dimensão valorativa, que tem na concepção da decibilidade normativa de conflitos, sua expressão. Conforme o autor “Afim o que é uma norma se não a integração de fatos e valores, que encontra seu momento culminante num ato de escolha e prescrição, no qual se insere o poder político? Daí a aproximação entre o campo do Direito e o âmbito da política: na medida em que esta é, como vimos, a luta que os diferentes grupos desenvolvem com o fim de participar do poder, e como os sistemas político-jurídicos são aqueles que – graças ao monopólio da violência e originalidade de competência – impõem autoritariamente valores, o conteúdo dos textos normativos está condicionado à pauta política dos grupos que estão nos cargos de comando” (Faria, 1984:23). Desta forma, as regras jurídicas seriam o equilíbrio da tensão dialética e complementar entre fatos e valores, sendo que o conflito é funcionalizado por meio da maquinaria jurídica.

FARIA, José Eduardo. “A ciência jurídica como ciência social” In: Sociologia Jurídica. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1984.

LÍNGUA PORTUGUESA

26. Isso está presente no seguinte trecho: “A principal diferença é que ele também se mostra muito letal em jovens e adultos, não apenas em crianças e idosos.

27. Informação errada, uma vez que o texto afirma que “apesar da alta, não há nenhum tipo de medida emergencial programada no estado e não há motivos para pânico”.

28. Opção correta, pois sintetiza as principais informações contidas na matéria, conforme requer esse gênero.

29. O trecho foi reescrito sem problemas formais, de pleno acordo com as regras do português padrão culto.

30. O trecho está redigido de pleno acordo com as regras de concordância verbo-nominal do português padrão.

Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Defensoria Pública do Estado do Paraná

CARGO: Sociólogo

31. Informação presente no seguinte trecho: “Esqueça tudo o que você aprendeu sobre o mercado de trabalho. Estabilidade, benefícios, vestir a camisa da empresa, jornadas intermináveis, hierarquia, promoção, ser chefe. Ainda que tais conceitos estejam arraigados na cabeça do brasileiro, eles fazem parte de um pacote com cheiro de naftalina. (...) É a maior transformação desde que a Revolução Industrial, no século XVIII, mandou centenas de pessoas para as linhas de produção”.

32. Informação falsa, uma vez que Marcio Pochmann, presidente do Ipea, trazido pela autora do texto, afirma que a estabilidade é uma característica do modelo de trabalho antigo. No modelo contemporâneo, as pessoas mudam muito de profissão, daí ideia de instabilidade.

33. Informação correta; trata-se de um apostrofo para Tânia.

34. Análise correta do cartum de Benett, que critica o suposto conforto oferecido pelo senso comum.

35. As três palavras precisam ser acentuadas; papéis e refém são oxítonas terminadas em *eis* e *em*, respectivamente; e *lúcido* é uma proparoxítona (todas são acentuadas).

36. Única resposta correta, uma vez que apresenta uma oposição, ressalva, algo necessário em virtude do uso do “no entanto”, ao final do trecho apresentado.

37. Informação correta, uma vez que a soma dos entrevistados que criticaram a violência e a criminalidade resulta em 58%.

38. A regência dos verbos *ir* e do verbo *assistir* está incorreta; o correto, segundo a norma padrão, seria “ (...) foram ao cinema” e “assistiram ao bom filme nacional (...)”.

39. Informação presente em “Ou seja, adquirir algum aparelho eletrônico está indiretamente relacionado à manutenção do conflito mais violento do planeta após a Segunda Guerra Mundial”.

40. Análise correta; o jornalista usa da expressividade inicial para prender a atenção do leitor. Para isso, usou a condicional.

CONHECIMENTOS GERAIS

41. A notícia diz respeito aos Jogos Olímpicos de Londres, que movimentaram menos a economia britânica do que se esperava. A data da publicação comprova que a notícia diz respeito aos Jogos.

42. A assertiva sintetiza as decisões tomadas na Rio+20, que decepcionaram os ambientalistas e adiaram as discussões sobre um acordo para a proteção das áreas marinhas além das jurisdições nacionais. É exatamente isso o que foi noticiado pela Folha de S. Paulo: “principal resolução do documento é lançar um processo para a definição de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Trata-se de um conjunto de metas que visa substituir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio a partir de 2015, incorporando critérios socioambientais. A proposta das metas será feita em 2013, após sua definição por um comitê técnico designado pela ONU.

Outra decisão para o futuro é criação de um grupo de 30 especialistas para propor, em 2014, uma solução inovadora para o financiamento ao desenvolvimento sustentável.

"O documento é uma base sólida para trabalharmos não no imediato, mas com uma visão de médio e longo prazo", afirmou a jornalista o chanceler Antônio Patriota, após a plenária que

Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Defensoria Pública do Estado do Paraná

CARGO: Sociólogo

aprovou o texto proposto pelo Brasil após três dias de consultas entre países. Segundo Patriota, é a primeira vez na história da ONU que um documento tem os três pilares do desenvolvimento sustentável -- social, ambiental e econômico -- bem equilibrados.

"O documento é rico em potencialidades", filosofou a embaixadora Maria Luiza Viotti, chefe da missão brasileira na ONU.

Ambientalistas, porém, criticaram a falta de ambição do texto e o fato de que, em sua maior parte, o esforço diplomático conseguiu apenas repetir os compromissos de 1992.

"Você entrou numa reunião no Rio em 2012 e saiu achando que estava no começo de uma reunião no Rio em 1992", resumiu Marcelo Furtado, diretor-executivo do Greenpeace. "A conferência não está entregando nada além de uma promessa de que até 2015 tudo talvez possa estar resolvido."

Um dos principais resultados esperados pelo Brasil no texto acabou não saindo: a decisão de lançar o embrião de um acordo para a proteção de áreas marinhas além de jurisdições nacionais -- que cobrem 50% da superfície da Terra.

Por pressão de uma aliança improvável formada pelos tradicionais inimigos EUA e Venezuela, com apoio de Cingapura e Japão, o texto sobre os mares foi "aguado" entre a primeira e a segunda versão. Em vez de decidir lançar as bases para o acordo, a Rio+20 decidiu que a decisão será tomada até 2015, no máximo, pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

"É como dizer para a sua namorada que em três anos você vai decidir se vai se casar ou não", criticou Sue Lieberman, da ONG High Seas Alliance."

Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1107153-documento-final-da-rio20-deixa-decisoes-para-o-futuro.shtml>

43. O "golpe" ocorrido no Paraguai foi amplamente divulgado pela mídia; Fernando Lugo deixou o poder após a rápida votação do impeachment e, no seu lugar, assumiu o vice, Frederico Franco, representante da direita.

44. Questão simples, que sintetiza os atributos do Ministério das Relações Exteriores, como a gestão das relações diplomáticas. É exatamente isso o que é exposto no site do referido Ministério: <http://www.itamaraty.gov.br/>.

45. Outra questão amplamente divulgada pela mídia; o senador Mozarildo Cavalcanti é um nome bastante ligado à demarcação das terras indígenas.

46. Trata-se de Portugal, país que enfrenta crise de desemprego muito debatida no cenário brasileiro, dada a histórica ligação entre os dois países. No dia 07 de setembro de 2012 começou o Ano do Brasil em Portugal e o Ano de Portugal no Brasil.

47. Argentina e Uruguai são Estados-membros do Mercosul, juntamente com Brasil, Paraguai e Venezuela.

48. O texto expõe que o produto é um grão oleaginoso, o que já indica que a resposta é a soja. Além disso, é fato que o estado do Paraná é grande produtor de soja e vem batendo recordes, conforme aponta a notícia original da Gazeta do Povo (em 03/09/2012).

49. Trata-se de uma consequência lógica, a qual é exposta, exatamente da maneira como acima, no final da reportagem original. Os dados expõem que, apesar de ser maior e possuir mais turbinas, Três Gargantas produziu menos energia que Itaipu, em 2009.

50. Dos nomes apresentados nas respostas, apenas Zilda Arns faleceu em decorrência dos danos causados pelo terremoto que abalou o Haiti, em 2010. Dra Zilda, famosa médica e

Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Defensoria Pública do Estado do Paraná

CARGO: Sociólogo

sanitarista, elevou a Pastoral da Criança a símbolo de um Brasil que luta contra a miséria a defenda a infância.